



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

ANDREZA DA SILVA FERREIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REDE PÚBLICA ESTADUAL: uma
percepção da gestão no município de Mamanguape - PB**

**Mamanguape/PB
2025**

ANDREZA DA SILVA FERREIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REDE PÚBLICA ESTADUAL: uma percepção da
gestão no município de Mamanguape- PB**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Administração
do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Administração, defendido
e aprovado pela banca examinadora constituída pelos docentes:**



Documento assinado digitalmente
MARIA ANGELUCE SOARES PERONICO BARBOTI
Data: 02/10/2025 11:42:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin – UFPB
Orientador(a)/Presidente



Documento assinado digitalmente
LAURA MARIA DE AGUIAR MAYER
Data: 03/10/2025 09:08:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Laura Maria Aguiar Mayer – UFPB
Membro da Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente
ROSEMARY MARINHO DA SILVA
Data: 03/10/2025 09:48:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Rosemary Marinho da Silva – UFPB
Membro da Banca Examinadora

Mamanguape/PB
2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**



**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REDE PÚBLICA ESTADUAL: uma percepção da
gestão no município de Mamanguape- PB**

Andreza da Silva Ferreira – UFPB – andreza2018silvalive@gmail.com

Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin – UFPB – angeluce@ccae.ufpb.br

Laura Maria Aguiar Mayer – UFPB – lauraaguiar27@gmail.com

Rosemary Marinho da Silva – UFPB – rosemarymarinhodasilva@gmail.com

RESUMO

A Educação Ambiental é considerada um componente importante para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, entretanto, sua implementação ainda enfrenta desafios significativos para sua consolidação no contexto escolar. Os estudos mostram lacunas de práticas consolidadas pela gestão ao tentar integrar de forma transversal e efetiva na grade curricular e em ações pedagógicas a EA. Essa pesquisa tem como o objetivo geral discutir as estratégias desenvolvidas pela gestão das escolas estaduais para implementar a educação ambiental no município de Mamanguape, e como objetivos específicos, buscou descrever ações desenvolvidas, os desafios enfrentados pelos gestores e a sistematização das estratégias planejadas para inserir a EA no ambiente escolar. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, descritiva, de natureza aplicada, desenvolvida como estudo de caso múltiplo, com entrevistas semiestruturadas realizadas presencialmente com gestores de quatro escolas estaduais. Os resultados apontaram que, apesar de iniciativas pontuais e do reconhecimento da relevância da temática, persistem limitações estruturais, carência de formação específica e dependência de projetos externos. O trabalho contribui ao campo da Educação Ambiental e da gestão escolar ao oferecer uma análise sistematizada das práticas de gestão e sugerir estratégias viáveis de integração da EA, reforçando-a como prática contínua, transversal, oficializada e alinhada às demandas locais.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Gestão escolar. Política Pública estadual.

ABSTRACT

Environmental Education is considered an important component for civic development and sustainable development. However, its implementation still faces significant challenges for its consolidation in the school context. Studies show gaps in consolidated practices by management when attempting to integrate EE in a transversal and effective manner into the curriculum and pedagogical actions. The general objective of this research is to discuss the strategies developed by the management of state schools to implement environmental education in the municipality of Mamanguape. The specific objectives sought to describe developed actions, the challenges faced by managers, and the systematization of planned strategies to integrate EE into the school environment. The research was characterized as qualitative, descriptive, and applied, developed as a multiple case study, with semi-structured interviews conducted in person with managers from four state schools. The results indicated that, despite

specific initiatives and the recognition of the theme, structural limitations, lack of specific training, and dependence on external projects persist. The work contributes to the field of Environmental Education and school management by offering a systematized analysis of management practices and suggesting viable strategies for the integration of EE, reinforcing it as a continuous, transversal, officialized, and locally aligned practice.

Keywords: Environmental Education. School management. State Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental tem se tornado cada vez mais relevante perante os desafios ambientais, tornando-se fundamental para formação de cidadãos mais críticos e conscientes. Entretanto, a inserção desse tema no ensino médio das escolas estaduais ainda encontra dificuldades (Santana e Araújo, 2011). Colacios e Locastre (2020) apontam que a ausência de políticas públicas atualizadas desde 2012, tem tornado a implementação da educação ambiental dependente da iniciativa individual dos gestores e professores. Soma-se a isso a ausência de materiais didáticos adequados e infraestrutura para a realização de projetos e ações ambientais, além do desinteresse de alguns estudantes, dificultando ainda mais a consolidação da educação ambiental como um componente essencial na formação dos alunos. Desse modo, compreender como a educação ambiental é desenvolvida e aplicada nessas instituições e quais são os obstáculos enfrentados pelos gestores escolares, é importante para formulação de políticas educacionais mais eficientes.

O estudo da educação ambiental tem sido abordado em diferentes temáticas, trazendo a reflexão sobre sua complexidade e importância no sistema educacional, como o histórico e seu amparo legal, que traz uma análise da evolução das políticas públicas, incluindo a Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), destacando a necessidade de incorporar essa temática em todos os níveis e modalidades da educação.

No contexto das práticas pedagógicas que investiga como as escolas desenvolvem projetos e atividades para inserir a educação ambiental no currículo, Colacios e Locastre (2020) reforçam que os currículos e as propostas pedagógicas devem considerar os desafios contemporâneos que afetam a vida humana em diferentes escalas, sejam elas locais, regionais ou globais. Esse entendimento demonstra a importância de inserir a educação ambiental de forma transversal, ou seja, não restrita a uma única matéria, mas integrada ao currículo escolar de forma contínua e reflexiva de modo a trabalhar o pensamento crítico dos estudantes.

O impacto da reforma educacional, com foco na Nova Lei do Ensino Médio de 2017, enfraqueceu a presença da educação ambiental no currículo, pela falta de capacitação de

professores e a escassez de recursos. Grubba e Pellenz (2024) destacam que a Lei nº 9.795/99 determina que a dimensão ambiental deve estar presente nos currículos de formação de professores em todos os níveis e disciplinas. Diante desse problema, indica que os docentes precisam estar preparados, para trabalhar a abordagem dessas temáticas de maneira eficaz dentro da sala de aula.

Grubba e Pellenz (2024) ainda ressaltam a ideia de que o dispositivo legal deve constar na formação complementar curricular dos professores em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental. Diante disso, devem utilizar a lei como referência. Entretanto, cabe aos gestores seguir essa lei, sendo que na prática a realidade mostra que nem sempre essa lei é cumprida, pois muitas instituições enfrentam dificuldades para fornecer essa formação de forma adequada aos educadores.

Apesar do reconhecimento legal sobre a educação ambiental, sua implementação ainda enfrenta muitos desafios tanto no âmbito político quanto no pedagógico. A necessidade do reforço de políticas públicas que fortaleçam a presença dessa formação no currículo e sua continuidade são aspectos fundamentais para garantir que a educação ambiental cumpra seu papel e promova os saberes dos cidadãos tornando-os mais conscientes e responsáveis pelo meio ambiente.

Diante a importância dessa temática, a questão que norteia a presente pesquisa é: como gestores de escolas estaduais lidam com os desafios para a implementação da educação ambiental? Deste modo, o estudo tem como objetivo geral a discussão as estratégias desenvolvidas pela gestão da escola estadual X para implementação da educação ambiental. Para alcançar o propósito do estudo, os objetivos específicos pretendem: (I) descrever a atuação da escola; (II) apresentar os desafios enfrentados pela gestão da escola para implementar a educação ambiental; (III) sistematizar estratégias de gestão possíveis para a implementação da educação ambiental nas escolas estaduais.

A realização deste estudo é fundamental tanto para o desenvolvimento teórico sobre educação ambiental e gestão escolar, quanto para o aprimoramento da gestão escolar e da prática educativa, pois contribui para a compreensão das estratégias possíveis para a implementação da educação ambiental nas escolas estaduais, além de estimular uma reflexão crítica sobre a legislação vigente e sua aplicabilidade.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: depois desta introdução, apresenta-se o referencial teórico sobre o histórico da educação ambiental no Brasil; A gestão escolar no Brasil com foco nas Escolas Estaduais; O papel da gestão escolar; e a gestão escolar frente à

educação ambiental no Brasil: A Situação Das Escolas Estaduais. Em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos. Na sequência, são discutidos os principais resultados. Por fim, são apresentadas as conclusões, as contribuições teóricas e práticas do estudo, bem como sugestões para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Histórico Da Educação Ambiental No Brasil

Ao adentrar no histórico sobre a educação ambiental (EA) no Brasil, é importante compreender que seu surgimento antecede as formulações curriculares formais, estando enraizado em lutas sociais, éticas e políticas voltadas à preservação da vida em suas múltiplas dimensões. A educação ambiental carrega consigo uma bagagem de evolução ambientalista, na qual mudanças sociais se entrelaçam com a compreensão da relação entre homem e natureza, como destacam Rufino e Crispim (2015) e Matos, Batista e Paula (2019) ao resgatarem a trajetória crítica e transformadora da educação ambiental no país.

A trajetória da educação ambiental no Brasil é marcada pelo processo de evolução conceitual e institucional, que é influenciado por transformações no campo da educação, pela emergência de movimentos ecológicos e pelo avanço das preocupações com a degradação ambiental, especialmente a partir da Revolução Industrial. Para Rosa, Konrad e Rehfeldt (2016) o domínio da natureza foi um marco da modernidade que provocou impactos socioambientais intensificados pelo uso massivo de combustíveis fósseis e pela urbanização desordenada. A exploração desenfreada da natureza no processo de modernização levou a uma crise ambiental, exigindo novas formas de pensar a relação sociedade e natureza.

De acordo com Barbosa (2023), entende-se que a educação ambiental surgiu como resultados às crescentes ameaças ambientais acarretadas pelas ações humanas. A reunião realizada em Roma, em 1968, marcou um momento de conscientização coletiva, no qual cientistas de diferentes nações reconheceram que os recursos naturais estavam sendo consumidos de forma insustentável e que o crescimento populacional acelerou diante da crise ecológica. Assim, a Educação Ambiental começa a ser delineada como um instrumento para formar indivíduos éticos, críticos e comprometidos com a preservação do meio ambiente, estabelecendo as bases para os futuros movimentos e conferências globais que viriam a fortalecer essa área de atuação educacional.

A educação ambiental brasileira na atualidade é fruto de um processo histórico que já passou por uma série de transformações conceituais e políticas por influências de movimentos ecológicos e por transformações educacionais ao longo do século XXI. Conforme Matos, Batista e Paula (2019) e Rufino e Crispim (2015), o início da educação ambiental no Brasil se dá nos anos 1970, marcada pela preocupação com a degradação ambiental visível no avanço industrial. De início, era vinculada a uma abordagem conservadora e técnica, centrada na preservação da natureza e com pouca conexão relacionada aos problemas sociais e políticos. Dessa forma a educação ambiental era mais voltada a ensinar sobre biologia ou reciclagem, sem debater as causas sociais da crise ambiental.

Rufino e Crispim (2015) e Rosa, Konrad e Rehfeldt (2016) destacam a importância do marco internacional da conferência de Estocolmo 1972 que transformou a educação ambiental em um cenário global tornando ponto de partida para sua institucionalização. Outro marco é a Conferência de Tbilisi 1977, que forneceu as primeiras diretrizes pedagógicas formais para a Educação Ambiental, que deve ser de forma contínua, integrada ao currículo e centrada na formação de valores. No Brasil, esse processo se fortaleceu com a Constituição Federal de 1988, que em seu art. 225 estabelece a Educação Ambiental como um direito de todos e um dever do poder público.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96 fortaleceu esse processo ao prever, em seu artigo 27, diretrizes que orientam os conteúdos curriculares da educação básica, promovendo valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, e ao respeito ao bem comum e à ordem democrática (BRASIL, 1996). Nesse sentido, outros dispositivos da LDB também reforçam a importância da dimensão ambiental na formação escolar. De acordo com Silva, Alves e Soares (2020) a lei Lei nº 9.394, em seu o Art. 32 estabelece que o ensino fundamental deve contribuir para a compreensão do meio ambiente em sua totalidade, incluindo aspectos sociais, políticos e culturais.

De acordo com Silva, Rodrigues e Dórea (2021) após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), um avanço expressivo nas políticas públicas brasileiras foi a criação da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Essa legislação estabelece que a Educação Ambiental deve estar presente nos currículos de todas as instituições de ensino, sejam públicas ou privadas. A PNEA determina que a abordagem ambiental deve ocorrer de forma contínua e articulada com todas as disciplinas, de maneira transversal, envolvendo todas as etapas e modalidades da educação, desde a educação infantil até o ensino superior. Trata-se de um marco legal que consolida a Educação Ambiental como componente essencial da formação cidadã,

promovendo o desenvolvimento de uma consciência crítica, ética e responsável em relação ao meio ambiente.

Matos, Batista e Paula (2019, p. 4) afirmam que “Educação Ambiental deve ser considerada também como uma educação política, pois deve preparar os cidadãos para exigir e construir uma sociedade justa socialmente e ética nas relações sociais e com a natureza”. Arreis e Videira (2019) ressaltam que a criação do Decreto nº 4.281 foi de suma importância, como marco na efetivação da Política Nacional de Educação Ambiental. A partir dele, foi possível organizar institucionalmente as responsabilidades do governo federal em relação à Educação Ambiental, criando um órgão gestor responsável por planejar e coordenar ações em todo o país. Além disso, o Decreto consolidou mecanismos de cooperação técnica entre diferentes instituições, fortalecendo a articulação das políticas públicas voltadas à educação ambiental, o que contribuiu significativamente para a implementação da PNEA em nível nacional.

Segundo Arreis e Videira (2019) a partir de 2004, a Educação Ambiental passou a ter maior destaque dentro do Ministério da Educação (MEC), especialmente com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi). Essa nova estrutura permitiu que a Educação Ambiental se integrasse a outras áreas importantes, como a diversidade, a educação indígena e a educação no campo. O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) foi fortalecido, passando por uma ampla consulta pública com educadores de todo o país. Com essas ações, o MEC ampliou sua atuação na área, promovendo a inclusão da EA nas orientações curriculares do Ensino Médio, como nos materiais da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e também na formação continuada de professores, através de iniciativas como o programa "Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas". Esses avanços reforçaram a transversalidade da Educação Ambiental no sistema educacional brasileiro.

Rosa, Konrad e Rehfeldt (2017) ao se referirem a Agenda 21¹, destacam que trata-se de um projeto voltado para o futuro, que abrange medidas de curto, médio e longo prazo funcionando como um guia, com metas, definição de recursos e responsabilidades, com o intuito de promover a cooperação entre governos e a sociedade. Diante disso, entende-se que a agenda 21 foi criada para incentivar escolas a desenvolverem planos de ação locais, com a participação de toda a comunidade escolar, para propor soluções sustentáveis e democráticas. Essa iniciativa traz uma proximidade da Educação ambiental da prática cotidiana e do território

¹Agenda 21 é um planejamento de ações voltados a sustentabilidade em diferentes escalas territoriais. Sendo um dos principais documentos elaborado na conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano.

da escola, tornando o processo educativo mais vivo e conectado com a realidade que permeia em seus arredores.

Dessa forma, com o amadurecimento teórico da Educação Ambiental, superou o modelo conservador e conteudista. Segundo Matos, Batista e Paula (2019) ela foi ressignificada como “crítica, transformadora, popular e dialógica” essas vertentes atuais da educação ambiental, questionam o sistema da desigualdade e destruição ambiental, propondo reflexões mais aprofundadas e ações transformadoras dentro e fora do ambiente escolar, trabalhando na formação de sujeitos ecológicos sensíveis e participativos.

Diante desse percurso histórico e político, percebe-se que a Educação Ambiental no Brasil evoluiu de uma abordagem meramente informativa para uma proposta crítica, comprometida com a formação de cidadãos conscientes, éticos e atuantes. A consolidação de políticas como a PNEA, a Agenda 21 Escolar e programas como o ProNEA, somadas à sua inserção nos currículos e à atuação integrada no MEC, demonstram o esforço contínuo por tornar a Educação Ambiental um instrumento efetivo de transformação social. No entanto, apesar dos avanços institucionais, ainda é necessário fortalecer sua implementação no cotidiano escolar, assegurando que ela vá além do discurso legal e se materialize em práticas pedagógicas significativas, voltadas à construção de uma sociedade mais justa, sustentável e participativa.

2.2 Gestão Escolar No Brasil Com Foco Nas Escolas Estaduais

A gestão escolar na rede estadual brasileira está estruturada em níveis hierárquicos de poder e conhecimento perante a sua finalidade diante a educação, tendo como principal órgão de gestão a Secretaria Estadual de Educação (SEE), responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão das ações educacionais em âmbito estadual. Posteriormente advém as Delegacias Regionais de Educação (DREs) ou a Subsecretarias, que atuam como instâncias intermediárias de gestão, responsáveis pela sistematização e acompanhamento das unidades escolares. A rede estadual é caracterizada no segmento como educação básica, formada pelo ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e o ensino médio (do 1º ao 3º ano), atendendo diferentes faixas etárias e às necessidades educacionais (BRASIL ESCOLA, [s.d]).

Nesse contexto, cabe ao Estado, em regime de colaboração com os municípios, organizar, manter e desenvolver as instituições públicas de ensino sob sua responsabilidade. Ademais, os estados devem assegurar o transporte escolar dos alunos matriculados na rede estadual de ensino (BRASIL ESCOLA, [s.d]). Segundo Rosa, Konrad e Rehfeldt (2016), escolas estaduais ainda são conduzidas por gestões marcadas por práticas centralizadoras e com

pouca participação da comunidade escolar nos processos decisórios. Em sua pesquisa com 52 diretores de escolas da 3ª Coordenadoria Regional de Educação do Rio Grande do Sul, os autores constataram que apenas 28,8% dos gestores tinham formação em pedagogia, o que vai contra o previsto na legislação e compromete a qualidade da liderança escolar. Em decorrência disso, esse dado revela uma lacuna preocupante, pois gestores sem a formação necessária podem ter dificuldade em assumir o papel de liderança pedagógica e promover práticas inovadoras e participativas.

2.2.1 O papel da gestão escolar

Como afirma Oliveira e Carvalho (2018) os diretores podem exercer um papel essencial na organização do trabalho escolar, liderando e coordenando as rotinas institucionais. A mobilização dos demais profissionais, por meio do planejamento, organização e avaliação contínua das práticas pedagógicas, pode contribuir para uma aprendizagem mais eficaz e impactante, ainda que indiretamente, no desempenho dos alunos.

A gestão escolar estadual tem passado por transformações significativas na busca por uma educação mais democrática e participativa. A adoção de práticas democráticas na gestão escolar é essencial para a construção de um ambiente educativo colaborativo, no qual todos os sujeitos escolares compartilham responsabilidades e decisões. Essa perspectiva favorece não apenas a melhoria do ensino, mas também o fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade (Da Silva; Soares, 2020; De Almeida, 2022). Percebe-se que a gestão escolar, quando pautada pela participação coletiva e pela responsabilidade social, contribui diretamente para a melhoria do ambiente escolar e da qualidade do ensino.

De acordo com a legislação vigente, especialmente a Constituição de 1988 e a LDB nº 9.394/96, a gestão escolar deve priorizar a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP), a participação da comunidade e o respeito à autonomia escolar (BRASIL, 1996). No entanto, muitos desafios persistem, como a sobrecarga de funções, a burocratização dos processos e a falta de apoio técnico e formação continuada, especialmente nas escolas públicas estaduais, dificultando a concretização de uma gestão verdadeiramente democrática e pedagógica. A gestão escolar no Brasil enfrenta desafios significativos que comprometem sua efetividade. Entre os principais, destacam-se a escassez de recursos financeiros, a sobrecarga administrativa dos gestores, a falta de capacitação continuada e as dificuldades de articulação entre escola, comunidade e políticas públicas (Parente, 2017). Esses obstáculos limitam a construção de uma gestão verdadeiramente democrática e participativa, o que impacta

diretamente o desenvolvimento pedagógico. Conforme, Vicente, Silva e Souza (2023) destacam o papel do diretor escolar, especialmente nas instituições públicas, que envolve diversas tarefas desafiadoras. Entre elas, estão a responsabilidade de acompanhar e orientar tanto o aprendizado dos estudantes, quanto o trabalho pedagógico dos professores, além de sua função, que é gerenciar aspectos administrativos e financeiros da escola.

A multiplicidade de funções atribuídas ao gestor escolar exige habilidades que vão além da formação inicial, como lidar com pessoas, conflitos, planejamento e articulação comunitária. Muitos cursos de pedagogia não abordam essas competências, o que gera uma lacuna entre os desafios da prática e a preparação oferecida. Assim, diretores acabam aprendendo no cotidiano, de forma reativa, o que pode comprometer a qualidade da gestão. Por isso, torna-se essencial investir em formação continuada que desenvolva uma liderança crítica e resolutiva, como defendem Oliveira e Carvalho (2018) ao associarem a liderança do diretor ao desempenho escolar dos estudantes.

Nesse contexto, a formação continuada assume papel estratégico para fortalecer o protagonismo da liderança escolar. Como explicam Vieira e Bussolotti (2023) a gestão escolar exige do gestor o domínio de diversas competências, que variam em natureza e complexidade. Essa diversidade representa um desafio constante, especialmente diante das situações dinâmicas e imprevisíveis que surgem no cotidiano escolar. A capacitação do gestor não deve ser pontual, mas contínua e integrada ao seu trabalho diário, complementada por programas específicos que aprofundem temas relevantes para a prática da gestão. Diante da ausência de suporte adequado, como formação contínua, apoio institucional e políticas públicas eficazes, o diretor escolar acaba sobrecarregado com tarefas burocráticas e administrativas. Essa pressão o afasta das ações pedagógicas mais relevantes, como a formação docente e o acompanhamento curricular. Como destacam Vicente, Silva e Souza (2023), essa sobrecarga pode fazer com que a gestão pedagógica fique em segundo plano, comprometendo o papel educacional da escola.

Como destaca Vicente, Silva e Souza (2023) a atuação do diretor também está ligada à construção de um ambiente educacional participativo. Para isso, ele precisa mediar o relacionamento com professores, alunos e comunidade. Essa compreensão aproxima a escola da realidade local, tornando o PPP mais coerente com os desafios enfrentados. De acordo com Newman e Clarke (2012) o modelo gerencialista, ao ser transferido para a gestão escolar, traz uma transformação da função do diretor em um operador técnico, focado no controle e na eficiência, em detrimento da dimensão humana e pedagógica da escola. Essa lógica tende a enfraquecer os espaços de participação, restringir o protagonismo docente e dificultar o diálogo com a comunidade. O desafio, portanto, é resistir a essa padronização e reafirmar o papel da

gestão escolar como agente de mediação, construção coletiva e promoção de uma educação transformadora.

Diante desse cenário, percebe-se que o fortalecimento da gestão escolar requer não apenas investimentos estruturais e políticas públicas adequadas, mas também uma formação crítica e sensível por parte dos gestores. É imprescindível que os diretores atuem como mediadores entre a escola e a comunidade, promovendo uma cultura de participação, diálogo e corresponsabilidade. Assim, a gestão escolar poderá cumprir plenamente seu papel social, não apenas como instância administrativa, mas como agente ativo na construção de uma educação emancipadora, inclusiva e sustentável.

2.2.2 Gestão Escolar Frente À Educação Ambiental No Brasil: A Situação Das Escolas Estaduais

A gestão escolar desempenha papel estratégico na inserção da educação ambiental no cotidiano escolar. Isso porque o gestor é responsável por articular ações pedagógicas, promover a formação continuada dos professores e fomentar projetos interdisciplinares. Segundo Alves e Da Silva (2024), a gestão que adota a pedagogia de projetos como metodologia contribui para que a educação ambiental seja vivenciada de forma prática, contextualizada e interdisciplinar, o que fortalece o engajamento dos alunos com as questões socioambientais.

A efetivação da Educação Ambiental (EA) nas escolas públicas estaduais exige que a gestão escolar incorpore dentro de sua função administrativa um compromisso ético, pedagógico e político com a formação de sujeitos críticos e conscientes. A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n.º 9.795/1999) determina que a EA deve ser desenvolvida de forma contínua e articulada aos currículos escolares, mas na prática, esse ideal encontra empecilhos como a ausência de formação específica dos gestores, falta de recursos e priorização de metas tecnocráticas e burocráticas. Diante desse contexto, é de forma fundamental o repensar sobre como de fato está estabelecido o papel da gestão escolar em relação a superação de limitações, considerando-se a necessidade de articulações entre as diretrizes legais e as práticas pedagógicas efetivadas (Grubba e Pellenz, 2024). Como observam Grubba e Pellenz (2024), embora o marco legal da EA seja consistente, sua aplicação concreta ainda é limitada por falhas na formação docente, descontinuidade das políticas públicas e distanciamento entre teoria e prática pedagógica. De forma complementar, Alves e Silva (2024) ainda apontam que a prevalência de objetivos administrativos e a escassez de preparo técnico entre os gestores escolares comprometem a consolidação da Educação Ambiental nas escolas.

Nesse sentido, Arreis e Videira (2019) reforçam que a efetividade da Educação Ambiental depende do engajamento da gestão escolar, que precisa atuar como agente articulador de mudanças estruturais e culturais dentro do ambiente educativo. Para os autores, a inserção da Educação Ambiental no Projeto Político-Pedagógico (PPP) representa uma prática transformadora, capaz de questionar modelos de desenvolvimento insustentáveis e contribuir para a construção de uma cidadania planetária. No entanto, sem o engajamento ativo da gestão escolar, a EA corre o risco de permanecer marginalizada nas atividades escolares. Como destacam Arreis e Videira (2019), muitos gestores enfrentam sobrecarga administrativa, o que dificulta a liderança de projetos ambientais com a regularidade e profundidade necessárias à construção de saberes sobre a temática. Essa limitação pode impactar diretamente a qualidade das práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade.

Brito (2023) ressalta que muitos profissionais desconhecem metodologias e materiais didáticos adequados para o trabalho com temas ambientais, o que compromete sua aplicação prática em sala de aula. A ausência de políticas públicas que incentivem essa formação contínua enfraquece o potencial educativo da escola como promotora de valores ambientais. Grubba e Pellenz (2024) também enfatizam que a educação ambiental deve ser um componente permanente na formação dos indivíduos, no qual deve estar presente tanto no ambiente escolar que se destaca o ensino formal, quanto no não formal em meio a sociedade. Diante disso, a educação ambiental não deve ser tratada de modo isolado, mas como um elemento que estrutura o processo educativo, na qual pode promover conscientização contínua² sobre as questões ambientais.

Apesar de um modelo flexível e interdisciplinar ser o ideal para formação dos estudantes, o modelo de ensino tradicional, ainda predominante em muitas redes estaduais, pouco estimula abordagens críticas e interdisciplinares. Colacios e Locastre (2020) apontam que a Nova Lei do Ensino Médio brasileira, ao priorizar itinerários formativos técnico-instrumentais, negligenciou a presença efetiva da Educação Ambiental como direito formativo fundamental. Essa exclusão revela uma incoerência entre o discurso legal e a prática escolar cotidiana.

A situação se agrava nas escolas estaduais onde prevalece uma cultura gerencialista, que prioriza o cumprimento de metas externas em detrimento da participação democrática. Como analisado por Parente (2017) e Newman e Clarke (2012), esse modelo dificulta a incorporação

² Conscientização contínua é o processo permanente de sensibilização e reflexão crítica que busca integrar valores e práticas sustentáveis de forma sistemática, promovendo mudanças de atitudes no ambiente escolar e na sociedade.

da EA como política pedagógica transformadora, pois sufoca a autonomia da escola e reduz a ação do gestor à mera execução de tarefas operacionais. Para esses autores não se deve pensar de forma apenas para atingir as metas e objetivos, mas com vistas a uma construção de relação entre o Estado e a sociedade civil mais interativa.

Apesar das dificuldades estruturais, pedagógicas e de gestão, existem experiências positivas. Santana e Araújo (2011) mostram que, mesmo com limitações, iniciativas de Educação Ambiental desenvolvidas em escolas estaduais de Sergipe, quando conduzidas com apoio da gestão escolar e envolvimento da comunidade, geraram maior conscientização ambiental e protagonismo estudantil. Isso demonstra que a presença ativa da gestão pode reverter quadros de invisibilidade da Educação Ambiental e contribuir com práticas contextualizadas. No entanto, os autores também destacam que muitas dessas ações ainda ocorrem de forma pontual e carecem de acompanhamento contínuo, o que limita sua efetividade a longo prazo.

Nesse sentido, é imprescindível que a gestão escolar compreenda a Educação Ambiental como parte integrante do processo formativo. Como destacam Grubba e Pellenz (2024), mais do que trabalhar conteúdos isolados, trata-se de promover o sujeito ecológico numa cultura ecológica na escola, capaz de integrar ensino, valores éticos e responsabilidade coletiva. Para isso, os gestores precisam atuar como articuladores de ações coletivas, incentivando projetos interdisciplinares, parcerias com a comunidade e práticas sustentáveis no cotidiano escolar.

De acordo com a abordagem de Arreis e Videira (2019) a Educação Ambiental envolve mais do que conteúdos programáticos, ela exige uma transformação institucional, em que a gestão escolar esteja comprometida em romper com práticas burocráticas e criar um ambiente que valorize o respeito, a empatia e a conexão com a natureza. Como reforçam Silva, Rodrigues e Dórea (2021) a educação ambiental crítica se diferencia por compreender o ambiente como uma interação entre sociedade e natureza, reconhecendo que ambas se influenciam mutuamente. Essa abordagem valoriza o potencial transformador e emancipador da educação ambiental, considerando-a essencial para enfrentar os desafios contemporâneos do século XXI. Colacios e Locastre (2020) citam a ausência de novas políticas ambientais desde de 2012, e demonstram que a educação ambiental tem perdido espaço no ensino médio devido à falta de políticas públicas atualizadas. Sem um direcionamento governamental, o ensino desse tema depende exclusivamente da iniciativa dos professores e gestores escolares.

Diante disso, conclui-se que a gestão escolar nas escolas estaduais precisa se comprometer com uma Educação Ambiental crítica, contínua e socialmente enraizada. Para isso, é fundamental que o poder público assegure condições materiais adequadas, investimentos

em formação permanente e autonomia às escolas. Quando integrada ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) e ao cotidiano escolar, a Educação Ambiental transforma-se em uma ferramenta concreta de participação, engajamento e construção de um futuro mais justo, ético e sustentável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho, adotou-se a abordagem de pesquisa qualitativa, que busca compreender a complexidade dos fenômenos em sua totalidade, considerando as suas múltiplas dimensões, bem como as diferentes experiências vividas, contribuindo para uma análise mais profunda dos indivíduos e o contexto que estão inseridos. A pesquisa foi categorizada como descritiva, pois busca apresentar características de determinado fenômeno ou população, sem interferir diretamente sobre eles Gil (2008). Além disso, possui natureza aplicada uma vez que buscam gerar informações que podem ser úteis ao campo profissional, com potencial para subsidiar práticas de gestão escolar voltadas à Educação Ambiental Prodanov e Freitas (2013).

Esta pesquisa é caracterizada como um estudo de caso múltiplo, por investigar com profundidade uma situação específica de forma ampla e detalhada (Yin, 2015). No presente trabalho, investigou-se como a gestão escolar tem lidado com os desafios para implementação da Educação Ambiental em quatro escolas da rede pública estadual localizadas no Vale do Mamanguape, no Estado da Paraíba. A escolha dos participantes se deu pelo direcionamento da pesquisa e pelo grau de envolvimento organizacional, sendo assim, direcionados ao gestor(a) de cada instituição, por estarem diretamente ligados ao acompanhamento e à organização de todas as ações pedagógicas. O convite à participação foi feito mediante contato formal com a escola, apresentação dos objetivos do estudo e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Objetivando manter o sigilo sobre as escolas e os entrevistados, foi utilizada a seguinte codificação: E1, E2, E3 e E4, cuja a sigla E remete aos entrevistados participantes e a sequência ocorreu de acordo com a ordem dos tratamentos dos dados de cada entrevista. Ressalta-se que entre os participantes havia uma gestora (E1) e os demais eram gestores (E2, E3 e E4). O tempo de duração de cada entrevista foi E1, 15 minutos e 42 segundos; E2, 27 minutos e 29 segundos; E3, 33 minutos e 4 segundos e, por fim, o E4, 51 minutos e 19 segundos. A variação no tempo das entrevistas ocorreu em função das especificidades de cada escola, da disponibilidade do(a) gestor(a) e da forma como os temas foram desenvolvidos. Enquanto alguns se ativeram mais

diretamente ao roteiro, outros expandiram suas falas com exemplos práticos e reflexões mais amplas, o que resultou em um tempo de entrevista maior. Observa-se que as escolas E1 e E2 atendem alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio, enquanto as escolas E3 e E4 atendem apenas alunos do ensino médio (1º ao 3º ano). Outro aspecto relevante é que apenas a E2 funciona em turno regular (um único período), enquanto as demais instituições seguem o modelo de Escola Cidadã Integral, o que implica em demandas diferenciadas para os gestores e, conseqüentemente, maior detalhamento em algumas entrevistas. Essas características influenciaram diretamente na profundidade das respostas e na extensão dos relatos.

Essa variação no tempo ocorreu em razão das diferenças no perfil comunicativo dos gestores, do nível de detalhamento das respostas de cada participante. Enquanto alguns se ativeram mais diretamente ao roteiro, outros expandiram suas falas com exemplos práticos e reflexões mais amplas, o que resultou em um tempo de entrevista maior. Essa diversidade enriqueceu os dados coletados, permitindo contemplar diferentes níveis de profundidade nos relatos.

A coleta de dados foi realizada presencialmente em cada instituição, por meio de entrevistas semiestruturadas. Essa forma de coleta de dados foi escolhida, conforme pois permite seguir um roteiro com perguntas previamente elaboradas que apresentam facilidade em um diálogo com o participante, sendo fundamental para garantir a profundidade das informações obtidas e a coerência com os objetivos do estudo, possibilitando ao entrevistado expressar suas opiniões com liberdade, ao mesmo tempo em que mantém o foco nos temas centrais do estudo (Prodanov e Freitas, 2013).

A análise dos dados seguiu os princípios da análise de discurso, conforme Orlandi (2009) que busca identificar categorias temáticas e padrões de significados nos relatos dos participantes. Esse tipo de análise é coerente com os objetivos da pesquisa, pois permite interpretar os discursos como construções sociais, revelando as representações e práticas institucionais relacionadas à Educação Ambiental. Para a análise, as entrevistas foram transcritas e submetidas a leituras sucessivas, das quais emergiram unidades de sentido agrupadas em categorias temáticas definidas no roteiro (PPP, projetos, desafios e estratégias). As perguntas foram elaboradas em conformidade com os objetivos específicos do estudo. Além disso, buscou-se observar padrões de recorrência nos discursos e contrastes entre as diferentes realidades escolares, permitindo interpretar como as condições estruturais e organizacionais influenciam a prática da gestão escolar frente à Educação Ambiental. As entrevistas foram registradas em áudio, com o uso de um gravador adequado para garantir a integridade e

qualidade das informações, e posteriormente transcritas para análise. A organização e a sistematização dos dados foram realizadas manualmente, a partir da leitura detalhada e da categorização dos discursos conforme os eixos definidos no roteiro de entrevista.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente estudo teve como objetivo geral discutir as estratégias desenvolvidas pela gestão de quatro escolas estaduais localizadas no município de Mamanguape, para implementação da educação ambiental. De modo específico, o estudo teve o intuito de descrever as ações, identificar os desafios e sistematizar as estratégias de gestão nas escolas estaduais, considerando as limitações e suas potencialidades observadas no contexto analisado. A seguir, apresentamos um perfil das pessoas entrevistadas como ilustrado abaixo.

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

Entrevistado/Escola	Ano de ingresso	Cargo	Tempo de gestão
E1	2016	Gestão	7 anos
E2	2022	Gestão	3 anos e 2 meses
E3	2025	Gestão	2 meses
E4	2023	Gestão	2 anos e 5 meses

Fonte: dados da pesquisa, 2025

Ao observar o quadro acima, é possível notar a variação de tempo ocupacional dos cargos direcionados a gestão. Dessa forma, é notório que apenas um gestor dentre os outros possui um curto período de 2 meses, assumindo recentemente no cargo de gestão. Considerando esse dado, esse entrevistado pode ter mais dificuldade para fornecer as respostas em relação às outras pessoas com maior tempo de atuação.

No próximo tópico, será apresentado e discutido os resultados das entrevistas relacionando a presença da educação Ambiental e sua inserção concreta, como as múltiplas formas de abordá-la no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada instituição.

4.1 TRAJETÓRIA DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A partir das entrevistas realizadas com quatro gestores escolares estaduais do vale do Mamanguape, constatou-se que a educação ambiental está formalizada em todas as escolas entrevistadas e formalmente inseridas em seus Projetos Político-Pedagógico (PPP), que se concretiza através de ações interdisciplinares, composto por projetos específicos desenvolvidos

pela escola ou proposto pela secretaria regional de educação, além de parcerias externas. Como proposto pela secretaria, todas as escolas trabalham a educação ambiental em diferentes disciplinas, dando destaques em datas comemorativas e semanas temáticas, dando-se como exemplo a semana do meio ambiente.

Quadro 2 - Presença da Educação Ambiental no PPP

4. Como a escola aborda a temática da Educação Ambiental no seu projeto político-pedagógico (PPP)?	
E1:	“Esse ano a gente vem trabalhando no eixo de educação ambiental [...] é a questão da sustentabilidade. Trabalhamos esses projetos pedagógicos durante o ano inteiro letivo. [...] A gente fez a conferência escolar, já encaminhada e aprovada para Brasília, participando da VI CNIJMA.”
E2:	“No PPP, a gente tem essa abordagem [...] todas as disciplinas, elas buscam aplicar, abordar essa questão da educação ambiental, porém, fica especialmente com as disciplinas de biologia, [...] No PPP, está bem distribuída essas questões de levar para o aluno a teoria e a prática, [...] dentro da escola”
E3:	“Nosso projeto pedagógico é voltado para o meio ambiente, com parcerias com órgãos ambientais municipais e federais. Um dos cursos é o agronegócio, que envolve defesa do meio ambiente. Temos MSI, informática, jogos digitais, recentemente nossos alunos ganharam prêmio de 6 mil reais ao criarem o Conezito, representante do DETRAN da Paraíba.”
E4:	“A gente tem promovido ações interdisciplinares voltadas ao meio ambiente, com parcerias com a UFPB, ICMBio, entre outros, incluindo palestras, oficinas e visitas. Na comunidade, discutimos questões como focos de dengue, criação de armadilhas, arborização urbana e prevenção. Tudo isso está contemplado no PPP.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

Nota-se, a partir das respostas dos entrevistados, que a educação Ambiental está contemplada no Projeto Político-Pedagógico atualizadas mesmo que de formas distintas ou obtendo algumas similitudes, conforme a criatividade de inovação ou adaptação para situação da gestão escolar. Enquanto a escola (E1) prioriza o eixo da sustentabilidade e a participação em conferências nacionais, a escola (E2) enfatiza a abordagem interdisciplinar, sobretudo em Biologia, associada a atividades práticas. Já a escola (E3) direciona seu PPP para um projeto ambiental amplo, articulando parcerias institucionais e integrando a temática inclusive em cursos técnicos e projetos inovadores, como os jogos digitais. A escola (E4), por sua vez, destaca a interdisciplinaridade e parcerias externas, além de ações comunitárias voltadas à saúde e arborização urbana.

Dessa forma, as respostas dos entrevistados arrematam um conjunto de experiências corroborando a análise de Arreis e Videira (2019), ao defender que a EA deve ser transversalizada nos currículos e vinculada ao PPP, assim deixando de ser uma atividade isolada. Silva, Rodrigues e Dórea (2021) também enfatizam que a formalização da temática no PPP é fundamental para legitimar a EA e garantir sua continuidade. Nota-se que há uma diversidade de interpretações e estratégias, o que pode indicar que embora exista um

alinhamento às diretrizes legais, a efetivação de educação ambiental depende da capacidade de articulação e inovação de cada gestão.

A seguir buscaremos analisar e pontuar projetos ambientais já desenvolvidos ou em andamento nas escolas pesquisadas, com o intuito de descrever e evidenciar ações inovadoras propostas pelos gestores em diferentes contextos.

Quadro 3 - Projetos Desenvolvidos e em Andamento

5. Quais atividades ou projetos voltados à Educação Ambiental já foram realizados ou estão em andamento na escola?
E1: “Um professor desenvolveu um projeto sobre energias renováveis, dentro da temática de sustentabilidade. A escola trabalha com projetos de sustentabilidade o ano inteiro, e a conferência foi a culminância para enviar a primeira etapa a Brasília.”
E2: “Este ano temos um projeto voltado à educação ambiental. Ano passado, a professora de Biologia desenvolveu um projeto sobre sustentabilidade. Hoje, disciplinas diversificadas trabalham o tema de forma integrada, como matemática e português abordando a questão do plástico. O programa AJA, do Estado, é um desafio, pois os alunos não se interessaram.”
E3: “Estamos voltados ao reflorestamento. Planejamos um plantio em uma área no fundo da escola e estamos em contato com a Barra do Rio Mamanguape (APA). Também vamos montar uma escolinha de informática no Museu do Peixe-Boi, para alunos menos favorecidos.”
E4: “Recebemos uma palestra do projeto SOS Mangue e uma plenária jovem para debater projetos no orçamento democrático, com foco no reflorestamento das margens do Rio Mamanguape. Agora, estamos nos organizando para unir forças com a comunidade para iniciar as ações.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

A partir da análise dos dados é possível perceber que as instituições tentam criar projetos voltados à EA e inovar através da necessidade da escola. Além desses projetos, a secretaria do Estado ofertou o programa do Agente Jovem Ambiental (AJA) para todos os estudantes da rede estadual, mas o E2 em sua fala destaca que apesar da EA ser integrada nas disciplinas de biologia, português e matemática, ou seja, de forma interdisciplinar, participar de programas como esse se torna um desafio recorrente para os alunos que compõem essa instituição. Além disso, destaca-se também a ligação desses projetos com parcerias e a comunidade.

Esses dados corroboram a análise de Santana e Araújo (2011), que defendem que a Educação Ambiental, quando articulada a projetos locais, promove conscientização social e mudança de hábitos. Além disso, reforçam a perspectiva de Grubba e Pellenz (2024), que atribuem à gestão escolar o papel de articuladora de parcerias e impulsionadora de ações interdisciplinares. No entanto, a eficácia dos projetos depende muito da habilidade da administração em mobilizar recursos e da disponibilidade de fundos, o que aponta para disparidades entre as escolas na implementação de práticas ambientais.

Nesse sentido, passamos a discutir a forma como a EA é integrada nas disciplinas curriculares diante a vasta áreas de conhecimento.

Quadro 4 - Integração da EA nas disciplinas curriculares

6. A Educação Ambiental é integrada às disciplinas curriculares? Se sim, de que forma?
E1: “Dentro do modelo da Escola Cidadã Integral, trabalhamos de forma multidisciplinar e interdisciplinar. Habilidades de ciências aparecem em geografia, matemática, e, na semana da sustentabilidade, todos os professores tratam do meio ambiente em seus componentes curriculares.”
E2: “No planejamento do ano e do semestre, decidimos ampliar a recomposição de aprendizagem para outras disciplinas, pois percebemos a dificuldade dos alunos em entender a educação ambiental. Ficou como responsabilidade de todos os professores abordá-la quando possível, principalmente nas áreas de conhecimento.”
E3: “Sim, através de parcerias. Temos também datas próprias da escola, com palestras e convidados como o ICMBio, secretários de meio ambiente e pessoas de projetos locais.”
E4: “Os professores recebem formações ao longo do ano, com planejamento e alinhamentos semanais. Apesar da prioridade em português e matemática, o meio ambiente está sempre nas discussões. A gerência regional envia mensalmente um calendário temático com sugestões de como trabalhar saúde, meio ambiente e outros temas em cada disciplina.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

Ao observar de modo geral, todas instituições relatam que a educação ambiental é aplicada a todas as disciplinas de forma multidisciplinar, apesar que o E3 mostra um método diferente ao inserir e conscientizar os alunos, pois a forma de abordar outras disciplinas é a partir de parcerias, através de convites para palestrar. Dessa forma, como defende Carvalho (2012), a Educação Ambiental deve ser entendida como práticas sociais e pedagógicas, podendo ultrapassar a simples compreensão de conteúdos ao se integrar no currículo escolar de forma transversal e crítica. No entanto, os relatos revelam que a efetivação dessa integração não ocorre de maneira uniforme, mas varia de acordo com o contexto de cada escola, refletindo fatores como a cultura institucional, o engajamento da gestão e a articulação com atores externos. Isso evidencia que as estratégias de inserção da Educação Ambiental precisam ser contextualizadas, respeitando as especificidades locais, para que possam alcançar resultados mais significativos e duradouros.

Buscando compreender como os professores são envolvidos ou capacitados para trabalhar temas ambientais perguntamos sobre as ações voltadas a esse objetivo.

Quadro 5 - Capacitação e Envolvimento docente

7. Como os professores são envolvidos ou capacitados para trabalhar temas ambientais?
E1: “Na equipe, todos se envolvem nos projetos e conferências, cada um trabalhando o tema em seu componente curricular. Recentemente, houve capacitação pelo governo do Estado e Energisa, voltada aos professores de exatas.”

E2:
“Existe planejamento coletivo, com debate sobre como desenvolver os projetos. Recebemos materiais orientadores e participamos de formações continuadas sobre a temática.”
E3:
“Temos poucos professores formados na área, mas muitos participam de capacitações, treinamentos e workshops, atendendo às demandas dos alunos, especialmente do curso de agro, que cobram engajamento ambiental.”
E4:
“A Secretaria Estadual oferece diversas formações ao longo do ano. Dentro do ciclo formativo, há capacitações voltadas à educação ambiental e ao uso da temática em diferentes disciplinas.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

As falas dos entrevistados evidenciam que a formação e o envolvimento docente na temática ambiental ocorrem de forma coletiva e contínua, articulando momentos de planejamento, capacitações e práticas interdisciplinares. Conforme relatado por um dos entrevistados. Observa-se a existência de diferentes iniciativas para fortalecer a capacitação dos professores como treinamentos, workshops e formações externas, além de receberem suporte institucional por meio de materiais orientadores, projetos e parcerias com órgãos ambientais.

Nessa perspectiva, Loureiro (2019) a efetividade da Educação Ambiental depende da articulação entre formação continuada e prática pedagógica, tornando os professores protagonistas na construção de mudanças. Os relatos evidenciam que a mobilização docente se dá tanto por meio de planejamentos e atividades interdisciplinares internas quanto pelo incentivo de parcerias e programas externos. Um ponto importante a ser destacado é sobre o crescimento das parcerias com outras instituições, que funcionam como pontes de conhecimento e favorecem a inovação e a disseminação de práticas ambientais.

Quadro 6- Parcerias com ONGs, Secretarias e/ou Universidades

8. Existe parceria com instituições externas (ONGs, secretarias, universidades) para ações ambientais? Se sim, fale sobre elas
E1:
“Temos parcerias formalizadas com UFPB, Uniasselvi, IEF e UEPB. Recebemos estagiários e realizamos visitas a laboratórios, fortalecendo o vínculo entre a escola e essas instituições.”
E2:
“Não temos parceria com universidades, mas temos com o ICMBio. Já realizamos visitas, palestras e atividades dinâmicas, que os alunos gostam muito. Este ano não foi possível devido a choque de calendário.”
E3:
“A UFPB (Campus IV) é muito presente, junto ao ICMBio, FUNAI e GEAPA. Participam de reuniões, planos de manejo e projetos ambientais, como a proteção de hélices de rabetas para evitar ferimentos em peixes-boi, ligados ao turismo local.”
E4:
“Temos parcerias com UFPB, ICMBio e projetos ambientais. Porém, sentimos falta do interesse da iniciativa privada, que poderia contribuir mais, inclusive com apoio financeiro via incentivos fiscais.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

De modo geral, todas as escolas mantêm parcerias com diferentes instituições, como ONGs, universidades e secretarias, com o objetivo de fortalecer a temática ambiental e sua

inserção no contexto educacional. Essas parcerias se concretizam por meio de projetos, aulas de campo e palestras, que possibilitam uma abordagem mais dinâmica e participativa. Além de ampliar a conscientização e reforçar em torno da sustentabilidade.

Finalizado o tópico que trata das trajetórias das escolas analisadas em relação à educação ambiental, a seguir passamos a discutir os desafios para a efetividade dessas ações.

4.2 DESAFIOS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A efetivação da Educação Ambiental no ambiente escolar apresenta barreiras que vão além da elaboração de projetos e ações pedagógicas, alcançando aspectos estruturais, culturais e sociais. A gestão escolar enfrenta dificuldades tanto na mobilização do corpo discente quanto na disponibilidade de recursos que possibilitem a continuidade das atividades. Dessa forma, os desafios se expressam de maneira multifacetada, desde a conscientização dos alunos até a limitação de tempo e de condições financeiras para execução das propostas. Um dos pontos mais recorrentes evidenciados nas falas dos entrevistados refere-se à falta de compreensão e engajamento por parte dos estudantes, principalmente no que diz respeito à sustentabilidade. Como destacou um dos gestores.

Quadro 7- Desafios para a implementação da EA

9. Quais são os principais desafios que a gestão enfrenta para implementar ações de Educação Ambiental na escola?
E1: “O maior desafio hoje é realmente a falta de educação sustentável, porque os jovens hoje em dia não sabem o que é educação sustentável. E aí quando a gente vem trabalhar no meio ambiente eles acham que é besteira porque para eles não faz diferença gastar água ou não. Então, o maior desafio é a questão da educação sustentável hoje na escola.”
E2: “Eu acho que é o interesse dos próprios alunos. Hoje em dia está muito difícil a educação, muito difícil mesmo. Eu acho que motivá-los é o maior desafio que a gente encontra dentro da educação hoje. E também tem a questão do tempo, porque você sabe que na escola regular quase não tem tempo, diferente das integrais que têm uma gama de tempo maior [...] Tanto a motivação dos alunos quanto o tempo é um dos maiores desafios.”
E3: “Tudo começa o nosso desafio com a participação do aluno. O aluno é a peça-chave do nosso projeto [...] o principal desafio da gestão é só os alunos tentarem absorver. O nosso problema aqui é um problema mundial e que no futuro bem próximo tenhamos dias melhores nessa área de meio ambiente.”
E4: “Sobre essas implementações, eu classificaria primeiro a falta de recurso financeiro e a falta, às vezes, de recurso humano. [...] cria-se a expectativa, cria-se a vontade, mas na hora que a gente vê que precisa de ajuda externa, não tem [...] então eu acho que recurso financeiro e recurso humano nesse quesito, de quando não é um, é outro que falta.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

As falas dos gestores destacam que sensibilizar os estudantes e envolvê-los no processo educativo é essencial para o sucesso das iniciativas. Além disso, apontam a limitação de

recursos financeiros, humanos e estruturais, evidenciando que a execução das atividades depende de apoio externo e parcerias institucionais, nem sempre disponíveis. Enquanto alguns gestores avaliam os recursos como regulares e administráveis, outros enfatizam a dependência de parcerias e a insuficiência estrutural, mostrando diferentes níveis de enfrentamento das limitações. Essa diversidade confirma que a efetivação da Educação Ambiental nas escolas públicas brasileiras exige integração entre políticas, práticas pedagógicas e condições materiais adequadas.

No entanto, a resistência docente³ ainda se mostra relativa, variando entre escolas e indivíduos, quando ocasionada, pode ser facilmente superada na presença de incentivos institucionais e apoio de projetos externos.

Quadro 8 - Resistência por parte Docente

10. Existe resistência por parte da equipe docente em relação a essas ações? Se sim, de que tipo?
E1: “ Não, nenhuma”
E2: “Não, minha equipe docente, graças a Deus, é maravilhosa nesse sentido. Tudo que é proposto, eles topam”.
E3: “Não. A equipe docente, independente se ele for agregado ao meio ambiente ou não, de um modo geral, eles apoiam. O apoio do nosso professor é nota mil aqui. Graças a Deus.”
E4: “Não posso afirmar que não exista resistência. Como em qualquer escola, há professores que não compreendem a proposta pedagógica ou as mudanças curriculares, mesmo com formação avançada. Por outro lado, há professores de outras áreas que, quando convocados e orientados, se envolvem e contribuem. Essa é uma realidade universal das escolas. A gente vai ter colegas que realmente se dedicam para fazer a coisa acontecer e colegas que só atrapalham, infelizmente.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

Os gestores entrevistados E1, E2 e E3 alegam que não há nenhum tipo de resistência e que toda sua equipe docente, pelo contrário, sempre se mostraram ativos e dispostos. Em contrapartida o gestor (E4) faz uma crítica de que há sim uma resistência de certa forma. Nesse sentido, é importante compreender que a resistência docente não deve ser interpretada simplesmente como falta de interesse, mas ela pode ser reflexo de condições estruturais e pedagógicas que limitam o alcance da educação ambiental nas escolas.

Quando tratada a participação dos estudantes em temas e ações voltadas à Educação Ambiental existe de fato uma resistência quando levado em conta a situação de cada instituição ou do próprio estudante, como falado nas entrevistas.

Quadro 9 - Resistência dos discentes

11. Existe resistência por parte dos discentes em relação a essas ações? Se sim, de que tipo?

³ Resistência docente pode ser entendida como uma reação adversa, explícita ou velada, adotada por professores diante de mudanças, inovações ou políticas educacionais, geralmente motivada por insegurança, falta de recursos, ausência de formação ou divergências com a proposta apresentada.

E1:
“Sim. [...] quando a gente fala em meio ambiente, educação sustentável, eles não querem nem ouvir. A gente tem que estar insistindo e mostrando que é o futuro, que daqui a algum tempo a gente não vai conseguir água para beber. E tem uns que dizem “tem problema não, a gente morre”. Ou seja, desinteresse. Desinteresse grande.”
E2:
“Desinteresse”
E3:
“Não. Sem problema nenhum. Hoje já existe esse pensamento em torno da escola, em defesa do meio ambiente. Nosso projeto aqui praticamente, não digo 100%, mas uma boa porcentagem aqui do nosso projeto envolve o meio ambiente.”
E4:
“Sempre tem, mas eu acho mais fácil do que em relação aos docentes, por exemplo, Porque eu penso assim, que os alunos, os estudantes, eles têm sim, estão em formação e descoberta. Eu sempre digo a eles que é a fase da construção e da descoberta de si próprio. Então a preguiça, o medo, a vergonha, o desânimo, a fuga, é normal e natural dentro da faixa etária”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

As percepções dos gestores sobre o engajamento dos alunos na Educação Ambiental mostram convergências e divergências. E1 e E2 destacam o desinteresse generalizado dos discentes diante de algumas propostas, sugerindo que a falta de engajamento não é um caso isolado, mas um padrão recorrente em diferentes escolas. Em contraste, E3 relata um cenário oposto, no qual há uma cultura consolidada de defesa do meio ambiente que se traduz em participação ativa e protagonismo dos alunos na criação de projetos e ações inovadoras, indicando que a integração consistente da temática ao projeto pedagógico favorece o envolvimento estudantil. Já E4 adota uma visão intermediária, argumentando que o aparente desinteresse pode refletir um processo natural de autodescoberta, sobretudo na adolescência, e não necessariamente descaso. Em contrapartida, a fala de E1, que associa o desinteresse à descrença no futuro (“tem problema não, a gente morre”), pode refletir uma falta de perspectiva social e econômica que ultrapassa o campo da escola, indicando que a resistência pode estar ligada não apenas à educação, mas também a sentimentos de desesperança e exclusão social.

Em síntese, os relatos apontam que o sucesso do engajamento discente depende tanto da forma como a Educação Ambiental é incorporada ao cotidiano escolar quanto da criação de condições que favoreçam a participação coletiva e o protagonismo juvenil. Além disso, destaca-se também que haver impacto de outros fatores como desafio estrutural e cultural.

Dessa forma, passamos a analisar a situação de recursos destinados a desenvolver projetos sobre a educação ambiental:

Quadro 10 - Situação de recursos (materiais, financeiros e humanos)

12. Qual a situação dos recursos (materiais, financeiros, humanos) para desenvolver projetos de Educação Ambiental?
E1:
“Na minha escola eu não posso dizer que é bom, mas é regular. Por exemplo, a gente tem um projeto que está para ser desenvolvido das escolas das adolescências, que é uma horta de composto orgânico na escola. Então

assim, já chegou o recurso, já adquirimos o material, a gente já tem um professor capacitado que é um professor de ciências. Já está todo o kit de jardinagem para 30 alunos produzirem, cimentos à vontade. Então, querendo ou não, a gente tem por parte do governo do Estado esse investimento para isso. Então, tanto regular, no geral, materiais financeiros e humanos.”

E2:

“Hoje é... Nós deixamos uma situação confortável, né? Porque você sabe que os recursos públicos são limitados. A gente recebe só um X de recursos públicos. E a gente tem que saber administrar aquilo ali para que eu consiga contemplar a maior necessidade maior da escola. Eu acredito que hoje não estamos tão confortáveis, mas daria sim para abarcar um planejamento, um projeto de educação ambiental[...].”

E3:

“Normalmente nós usamos parceria. Como nós estamos montando aqui um projeto, vamos usar a ANPAE e vamos usar a Universidade Federal. E nós recebemos pequenas verbas voltadas para o mundo agro, que é onde envolve mais o meio ambiente. E a gente tenta comprar materiais que dêem suporte às aulas deles. Mas o dinheiro é muito pouco ainda para esse meio.”

E4:

“Insuficientes. Apesar de haver melhorias e atenção, os recursos para projetos ambientais ainda são limitados. A escola precisa se virar com o que tem, o que estimula a criatividade, mas dificulta a implementação de ideias, como reservatórios para aproveitar água de ar-condicionado. Muitas vezes há pessoas disponíveis, mas falta dinheiro, ou vice-versa.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

Ao analisar as respostas, observa-se que a situação dos recursos destinados à Educação Ambiental nas escolas envolve dimensões materiais, financeiras e humanas. No entanto, tais recursos são avaliados pelos gestores como insuficientes ou apenas regulares, uma vez que sempre há carência em algum aspecto específico, seja na infraestrutura, no financiamento ou na disponibilidade de pessoal qualificado, o que compromete a criação e o desenvolvimento contínuo de projetos ambientais.

Em conjunto, percebe-se que (E1) e (E2) revelam uma postura mais acomodada e otimista, enquanto (E3) e (E4) expõem maior vulnerabilidade diante da escassez de recursos e dependência de parcerias externas. Contudo, todos convergem em reconhecer a limitação estrutural da Educação Ambiental nas escolas, confirmando a análise de Colacios e Locastre (2020), que apontam a fragilidade das políticas públicas para assegurar recursos contínuos e sustentáveis nessa área.

Passamos agora a compreender como as políticas públicas estaduais podem contribuir, ou de certa forma, dificultar experiências sobre a implementação da educação ambiental nas escolas.

Quadro 11 - Dificuldades e contribuições de Políticas públicas

13. De que forma as políticas públicas estaduais contribuem ou dificultam essa implementação?

E1:

“Um lado que eles facilitam e tem um lado que eles dificultam. Facilitar as políticas públicas, que chegam para a gente, muitas vezes é a questão dos programas [...] Um desses casos é essa Escola da Adolescência. Ele trabalha o eixo de sustentabilidade e educação financeira [...] muitas vezes a equipe não está totalmente preparada para receber o que está vindo no documento. Eles criam as políticas públicas lá, mas a gente não tem o momento de escutar e nem ouvir o professor [...] Isso dificulta nesse ponto de vista.”

E2:
“Eu acredito que as políticas públicas do Estado contribuem mais do que dificultam. [...] Hoje a gente consegue ter um planejamento com os professores, já vem uma pauta específica [...] recursos que o governo do Estado já facilita, não para isso especificamente, mas que podem ser usados se a gestão souber administrar [...] como o projeto da 14ª, que é um programa do governo do Estado.”
E3:
“Eu acredito que contribuem, principalmente nos dias de hoje. Nós temos uma Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado juntamente com a secretaria criou o (AJA). [...] nossa escola foi contemplada com 21 bolsas de estudo. Já recebemos o material e o pessoal já está trabalhando nesse meio, no meio ambiente. Fardamento, com bolsa, inclusive com ajuda financeira. A dificuldade das secretarias seria o transporte, a logística.”
E4:
“O exemplo é o AJA [...] acredita que as secretarias contribuem fazendo projetos, mas que existe um certo vácuo na ponte. [...] A educação ambiental é um raio de luz dentro de um prisma múltiplo. [...] Quando essas coisas chegam para um gestor, é apenas em forma de cobrança de resultados [...] muitas vezes, é a foto. [...] A gente se sente desvalorizado [...] ainda falta a questão do transporte que é um bônus para a dificuldade.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

Os relatos evidenciam percepções distintas sobre a implementação das políticas públicas de Educação Ambiental, embora sejam vistas como instrumento importantes para ampliação desse conhecimento, a efetivação ainda possui limitação por vários fatores sendo a ausência de preparação docente, escassez da logística e excesso de cobranças burocráticas na realização e efetivação de cada projeto proposto pelo governo. Dessa forma, confirma-se que as contribuições das políticas públicas não dependem exclusivamente da sua criação, mas além disso da forma como são articuladas e implementadas em cada contexto escolar. Conhecendo os principais desafios para implementar a EA, apontados pelas gestões das escolas analisadas, passamos a discutir as estratégias desenvolvidas.

4.3 ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As estratégias de gestão para a Educação Ambiental exigem compreender que a escola é um espaço dinâmico, sendo marcado por diferentes demandas sociais, pedagógicas e estruturais. Assim, as ações para integrar a temática ambiental no cotidiano não podem se restringir a planos formais, mas precisam envolver práticas concretas, participação da comunidade e apoio institucional.

Nesse sentido, buscamos identificar o que é feito para ampliar o envolvimento dos docentes na implementação da educação ambiental.

Quadro 12 - Apoio Docente

14. Que tipo de apoio para os docentes você considera importante para ampliar o trabalho com a Educação Ambiental?
E1:

“Eu acho que o maior apoio é o incentivo dos docentes, né? Porque eles precisam incentivar os meninos. A minha equipe, ela me apoia em todo projeto que a gente faz. Nenhum projeto que a gente tem, a gente não tem essa reclusão da equipe. [...]”

E2:

“Essa é a questão que eu te falei, né, solicitar transporte, ver os recursos que tem, se eles estiverem precisando de algo, fazer a compra dentro das possibilidades, planejar junto com eles para que eles se sintam confiantes dentro dessa área, para que eles possam atuar e passar para os estudantes o que deve ser passado. eu acredito que são apoios fundamentais[...]”

E3:

“Primeiro passo, capacitação para esse professor. Segundo, bolsas de apoio, tanto científico como financeiro. Gratificações, ajuda muito, porque é um currículo que ele vai oferecer ao aluno, tem que haver a recompensa. Para que cheguemos a isso, tem que ter o investimento mínimo possível, como também de material de trabalho [...]”

E4:

“Além das formações da temática, [...] a garantia de um ambiente salubre, [...]. O professor tem que ter um bom material, tem que ter não só um quadro e um lápis, televisão, internet, material de multimídia, laboratório, espaço, garantia de um transporte escolar extra para aulas de campo, para que ele possa trabalhar o seu plano de ensino das suas turmas efetivamente. [...] eu acho que a prioridade para o professor, nessa temática ou em qualquer outra, seria isso, de fato. Garantir o melhor para que ele faça o melhor.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

Diante das entrevistas, nota-se que o apoio ao professor vai muito além de palavras de motivação ou da simples aprovação de projetos. Ele precisa se materializar em ações concretas que favoreçam a prática docente. Entre essas ações, destacam-se a criação de um ambiente escolar acolhedor e confortável, o oferecimento de condições adequadas de trabalho e o fortalecimento de vínculos institucionais. Além disso, o investimento em formações continuadas e capacitações específicas em educação ambiental mostra-se essencial, pois contribui para ampliar o repertório pedagógico e a segurança dos professores ao abordar a temática. Outro ponto mencionado é a valorização do docente por meio de incentivos e gratificações, que funcionam como reconhecimento do esforço desempenhado e estímulo para a continuidade das iniciativas.

Nesse sentido, é importante destacar também iniciativas governamentais de valorização docente, como o projeto Professor Nota 1000, que, ao premiar experiências pedagógicas inovadoras, contribui não apenas para o reconhecimento profissional, mas também para a motivação e o fortalecimento das práticas em sala de aula. Tais políticas, quando articuladas às condições de trabalho e à formação continuada, potencializam o engajamento dos professores e ampliam o alcance das ações em Educação Ambiental.

A seguir, buscamos compreender quais as estratégias pensadas pela gestão escolar para integrar ainda mais a educação ambiental no contexto escolar:

Quadro 13 - Estratégias de Gestão

15. Que estratégias de gestão poderiam ser adotadas para integrar a Educação Ambiental de forma mais eficaz no cotidiano escolar?

E1:

“[...] E uma estratégia para a gestão escolar é a conscientização. [...] Se a gente não tiver conscientização de toda a equipe, de toda a comunidade escolar, de estudante, pai, a porteira não vamos conseguir implantar nada nunca principalmente no meio ambiente.”
E2: “[...] Nunca paramos para pensar em abordar cotidianamente. [...] Acredito que tem a ver com levar para o aluno ver isso na prática e adquirir recursos para que percebam no dia a dia. [...] É uma questão muito interessante.”
E3: “Parceria com órgãos públicos”. O caminho é esse. Não existe outro a não ser parceria. Por mais que você queira resolver sozinho, sozinho você não resolve.”
E4: “[...] Temos um terreno lateral que funcionava como horta [...] tentamos reorganizá-lo com apoio de mães para criar área de plantas fitoterápicas, valorizando saberes indígenas e quilombolas. [...] Aproveitamos as sobras da merenda para alimentar galinhas, trabalhando o reaproveitamento. [...] Esse espaço é explorado por disciplinas, relacionando conteúdos a práticas de fertilização. [...] Também buscamos integrar a comunidade, como na ‘Reunião da Vizinhança’, discutindo descarte inadequado de carros e combate à dengue. [...] Contamos com a participação de alunos, professores, pais e mães em algumas iniciativas.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

Esses relatos evidenciam que a Educação Ambiental eficaz depende de conscientização, práticas vivenciais, parcerias institucionais e conexão com a comunidade. Conforme Oliveira e Carvalho (2018), a gestão escolar exerce papel decisivo na qualidade do ensino, pois a capacidade de articular recursos, organizar o trabalho pedagógico e mobilizar professores impacta diretamente o engajamento e o desempenho dos estudantes.

A seguir, vamos analisar o envolvimento da comunidade interna:

Quadro 14 - Envolvimento da comunidade Interna

16. Como a escola poderia envolver mais a comunidade interna nas ações ambientais?
E1: “A equipe toda é envolvida, mas falta tempo oficial para reunir, debater e planejar estratégias de educação ambiental na comunidade escolar. Além de um tempo, uma separação de um dia para discutir, debater a educação ambiental.”
E2: “Convidando a comunidade, que vai além dos alunos, é possível integrá-la. Ano passado, um projeto levou os alunos e a escola para fora, com atividades como distribuição de folhetos e pit-stops. Porém, engajar a comunidade em todas as ações continua sendo um grande desafio.”
E3: “Fazendo palestras envolvendo pais, familiares e a comunidade. Na Barra de Mamanguape, a população já possui cultura ambiental, defendendo seus recursos naturais, o que facilita o envolvimento da escola.”
E4: “A gente tem conseguido se envolver, mas não tanto quanto eu gostaria. Eu, inclusive, estou prestes a convocar a ‘Reunião da Vizinhança’ para discutir questões ambientais com vizinhos. A participação ainda é limitada, mas buscamos ampliar a atuação da escola para além dos muros.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

As falas dos gestores evidenciam diferentes estratégias e desafios na integração entre escola e comunidade para a ampliação da Educação Ambiental. De um lado, há consenso de que o desafio central não está apenas no interesse, mas na falta de tempo e de estratégias sistemáticas para planejar ações coletivas. Também se observa uma convergência quanto à

importância de ampliar a participação para além dos estudantes, envolvendo famílias, vizinhos e moradores do entorno escolar. Em alguns contextos, como na Barra de Mamanguape, a cultura ambiental já existente facilita a integração entre escola e comunidade, enquanto em outros é necessário criar espaços alternativos, como reuniões e eventos, para estimular a participação. Dessa forma, a análise mostra que a efetividade das ações ambientais depende não só da mobilização interna, mas da capacidade de articular saberes comunitários e superar barreiras institucionais de tempo e engajamento.

Em conjunto, esses relatos confirmam a literatura (Arreis e Videira, 2019; Da Rosa, Konrad e Rehfeldt, 2017), que destaca a importância de uma gestão aberta à comunidade para transformar a escola em um espaço de diálogo entre saberes pedagógicos e comunitários. Ao mesmo tempo em que evidencia que a efetividade dessas ações ainda depende de tempo, engajamento e estratégias que fortaleçam a participação coletiva.

A criação de comissões ou equipes específicas para a Educação Ambiental nas escolas é apontada na literatura como uma forma de dar maior consistência e continuidade às ações pedagógicas. Essa estrutura pode oferecer apoio aos professores, fortalecer o protagonismo dos estudantes e estabelecer vínculos com a comunidade escolar. Vejamos qual a percepção dos gestores entrevistados sobre a criação de comissões.

Quadro 15 - Criação de uma equipe ou comissão interna ambiental

17. Você acredita que a criação de uma equipe ou comissão interna voltada à temática ambiental poderia ajudar? Por quê?
E1: “Demais. [...] quando a gente tem uma comissão formada e capacitada, temos a quem tirar dúvidas, cobrar e receber cobranças. E quando a gente não tem isso, a gente faz achando que está certo, mas não tem a quem ter o apoio propriamente dito.”
E2: “Eu acredito que sim. Porque muitas cabeças especialistas em uma área só pensam melhor. Poderiam ver estratégias mais específicas para se trabalhar tanto dentro da sala de aula, como fazer um evento maior fora, convidando os alunos, fazer tipo uma gincana, algo que motivasse os alunos. [...]”
E3: “Sim. Exclusivamente para uma escola, acho impossível. Mas poderia uma equipe de meio ambiente ser formada pela 14ª gerência, com suporte do governo, para atender várias escolas da região, junto com apoio da Secretaria Municipal de Educação.”
E4: “Sim. Na verdade, isso está no meu plano de gestão. [...] penso que junto ao conselho escolar poderíamos criar comissões temáticas. Comissão de meio ambiente, comissão de direitos humanos e cultura. [...]. O problema é que as pessoas às vezes acham muito a burocracia e que nunca vai se reunir, algo do tipo. [...]. Mas eu tenho certeza que se conseguíssemos ativar essas comissões, meio mundo de sufoco, de atrasos que ainda ocorrem, seria sanado, ou pelo menos bem reduzido.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

Os gestores convergem na defesa da criação de comissões para apoiar a Educação Ambiental, mas apresentam diferentes visões sobre sua implementação. Enquanto alguns gestores ressaltam o potencial de mobilização e criatividade que uma equipe dedicada poderia

trazer (E1 e E2), outros ponderaram sobre a viabilidade dessa proposta. Para E3, a criação de comissões em cada escola seria difícil, defendendo uma alternativa regional articulada pela Secretaria de Educação. Já o E4 propõe vincular essas comissões ao Conselho Escolar, reconhecendo tanto seu potencial de fortalecimento democrático quanto os entraves burocráticos que dificultam sua consolidação. Em conjunto, embora tenha divergências entre as falas, é perceptível que seria uma boa estratégia oficializar a educação ambiental e dar continuidade e visibilidade para essas ações.

Nesse sentido, fica evidente que a comissão interna é vista como uma estratégia fundamental, embora os gestores identifiquem diferentes formatos de implementação. As falas revelam tanto desafios quanto experiências de êxito, reforçando o argumento de Oliveira e Carvalho (2018) de que a gestão escolar tem papel decisivo na organização de processos coletivos e na promoção da participação. Assim, a criação de comissões pode ser compreendida como um mecanismo de fortalecimento da Educação Ambiental, pois amplia o caráter democrático da gestão e favorece práticas pedagógicas mais consistentes.

Passamos a discutir as mudanças estruturais seriam necessárias para consolidar práticas de educação ambiental no ambiente escolar de acordo com cada experiência de gestão e de sua estrutura atual.

Quadro 16 - Mudanças Estruturais

18. Quais mudanças estruturais seriam necessárias para consolidar a Educação Ambiental na escola?
E1: “[...] A mudança que a gente precisaria seria a arborização no novo prédio, para diminuir o uso de energia e água. [...] Do jeito que está, tem que ficar 24 horas no ar-condicionado, e a gente sabe que isso não é bom para o meio ambiente.”
E2: “[...] Educação ambiental no sentido de saber diferenciar uma coisa básica [...] plástico, vidro nas lixeirinhas faz parte da educação ambiental. Nossa escola não tem. [...] Não temos espaço dedicado a isso. [...] Tentaram fazer uma horta suspensa, mas deu errado.”
E3: “Nós temos um galpão aqui. [...] Temos bons laboratórios em nossa escola. Então, está faltando apoio, parceria com as universidades, um investimento maior, juntamente com a Secretaria [...] Estamos no caminho certo, mas ainda estamos em passos de tartaruga.”
E4: “[...] Queríamos muito poder fazer um preparo dessas áreas verdes [...] Nossa escola tem árvores [...]. Mas nós não temos, atualmente, a capacidade de agir de uma forma mais efetiva [...] a gente já tentou plantar algumas espécies, desde um flamboyant a um jasmin. Mas é muito seco, a gente precisa dessa estrutura de irrigação. [...] poder adquirir material para o preparo do solo, ter uma capacitação voltada a isso também. [...] Temos pontos de canteiros, áreas verdes, que não são verdes, porque faltam esses ajustes no meio do caminho.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

Em conjunto, os relatos indicam que, embora haja consciência ambiental e engajamento, a efetivação de práticas sustentáveis depende de condições estruturais, recursos financeiros e suporte institucional. Essa perspectiva dialoga com Arrais e Videira (2019), que afirmam que a Educação Ambiental não se restringe ao ensino, mas envolve a criação de condições físicas e

institucionais adequadas. Da Rosa, Konrad e Rehfeldt (2017) reforçam que a gestão escolar, ao organizar os espaços e contar com políticas públicas de apoio, fortalece projetos que articulam teoria e prática, mostrando que superar obstáculos estruturais é essencial para tornar a sustentabilidade uma experiência concreta na escola.

Nesse sentido, é essencial descrever quais mudanças pedagógicas seriam necessárias para consolidar a Educação Ambiental no contexto escolar. Portanto, vamos examinar as ideias e percepções de cada gestor, ligando-as ao planejamento de atividades direcionada a cada realidade específica.

Quadro 17 - Mudanças Pedagógicas

19. Quais mudanças pedagógicas seriam necessárias para consolidar a Educação Ambiental na escola?	
E1:	“[...] deveria vir da própria Secretaria de Educação, e essa mudança deveria vir na Grade Curricular. Um momento voltado à educação ambiental. [...] se não existe um momento para discutir e realizar atividades, como é que a gente vai conduzir os estudantes a pensar nisso [...] é uma mudança pedagógica necessária, pois é o futuro [...]”
E2:	“Eu acho que um coordenador da área poderia ter mais autonomia. [...] nós estamos sem coordenação pedagógica no colégio. [...] Só que uma coordenação para todas as áreas, professores, todas as coisas, não conseguem abordar tudo que é para ser abordado. Então, eu acho que uma coordenação específica abordaria com mais facilidade essa temática.”
E3:	“Colocar mais cursos voltados ao meio ambiente na grade curricular [...] além do planejamento seria necessário fazer alguma disciplina só voltada para o meio ambiente.”
E4:	“Projetos em parcerias práticas com órgãos que pudessem promover ações como oficinas práticas e fornecer material e insumos para isso.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

O E1 destaca que a ausência de espaço formal no currículo limita o desenvolvimento de práticas consistentes, defendendo que a secretaria deveria inserir momentos específicos para a Educação Ambiental, evitando que os debates sejam superficiais. O E2 reforça essa preocupação ao apontar a falta de uma coordenação pedagógica dedicada, o que dificulta a articulação das ações e o apoio aos professores, tornando o tema vulnerável diante das múltiplas demandas escolares. Já o E3 propõe uma mudança mais estruturante, defendendo a criação de uma disciplina exclusiva sobre meio ambiente, argumentando que apenas conteúdos complementares não garantem o devido aprofundamento da temática. Já o E4 traz uma perspectiva prática e reflexiva, destacando a importância do engajamento pessoal dos professores, da criatividade em projetos locais e do incentivo institucional.

Essas falas convergem ao ressaltar a necessidade de maior institucionalização da Educação Ambiental, seja pela formalização curricular, seja pelo fortalecimento da gestão pedagógica. Como defendem Arrais e Videira (2019), a superação de práticas fragmentadas

requer mudanças metodológicas e curriculares que garantam a presença efetiva da temática no cotidiano escolar.

Relacionar experiências relatadas pelos gestores também pode revelar diferentes perspectivas e vivências no processo de implementação da Educação Ambiental, mostrando tanto limitações, quanto práticas com êxitos.

Quadro 18 - Experiências e Sugestões

20. Gostaria de acrescentar alguma experiência ou sugestão relacionada à Implementação da Educação Ambiental nas escolas estaduais?
E1: “[...] Essa mudança deveria vir na Grade Curricular.. Um momento voltado à educação ambiental. [...] Se não existe um momento para discutir e realizar atividades, como conduzir os estudantes a pensar nisso? [...] A gente faz isso moderadamente, mas não há tempo específico na rotina semanal, o que seria necessário.”
E2: “[...] Uma equipe voltada para isso, que pudesse trabalhar e propor estratégias. Apesar de já haver ações do governo, precisa ser mais focado e específico. A criação de uma equipe pedagógica dedicada daria mais apoio aos professores e às escolas.”
E3: “Envolver mais a Secretaria de Educação do Estado, fazendo parceria com órgãos federais e o município. [...] Um exemplo são as aulas de campo, mas temos dificuldade com transporte. Era para a escola ter seu próprio transporte. [...] Também já enviamos turma de informática para participar de palestras em uma empresa de João Pessoa.”
E4: “Eu poderia dizer o seguinte. Eu sou professor há 11 anos. [...] Mas nas ações de meio ambiente eu tive experiência em cada uma delas. Às vezes a gente precisamos inspirar pessoas e outras botar a mão na massa. Então já fizemos projetos de fotografia para valorizar árvores e plantas. [...] Em outra escola, criamos um jardim com sementes, terra e adubo. [...] no distrito mecânico, plantamos ipês com a comunidade, cuidamos e hoje já estão dando sombra. [...] Mas penso que, sem recursos do governo para materiais ou bolsas, poucos professores se interessam em levar projetos adiante.”

Fonte: dados da pesquisa, 2025

Nesse conjunto de falas, observa-se que os gestores apresentam demandas que variam entre mudanças estruturais, fortalecimento pedagógico e práticas locais de engajamento comunitário. Essa diversidade de perspectivas indica que a consolidação da Educação Ambiental exige tanto investimentos formais em políticas públicas quanto iniciativas criativas dentro da escola. Como destacam Da Rosa, Konrad e Rehfeldt (2017), a efetividade da Educação Ambiental se concretiza apenas na articulação entre políticas, práticas pedagógicas e a participação ativa da comunidade escolar.

4.4 Síntese Crítica e Contribuições do Estudo

O presente estudo permite destacar a centralidade da gestão escolar na implementação da Educação Ambiental, ressaltando a importância da transversalidade da temática no currículo e da necessidade e relevância que parcerias externas podem proporcionar como um suporte.

Além dos gestores enfatizarem que apesar da situação dos recursos que são designados pelo governo seja baixo ou regular, é considerado um desafio recorrente, pois é a partir desses recursos que a gestão escolar de modo geral, consegue ou não distribuir para iniciativas como a Educação Ambiental que demandam de certa forma, um maior investimento que possibilitam práticas consistentes e inovadoras. Dessa forma, essa análise vai além de reforçar a literatura, ela expõe contradições, como diferenças na motivação dos alunos e nas formas de lidar com os projetos. Esses pontos de tensão oferecem pistas importantes para compreender que a Educação Ambiental se consolida de maneira diversa em cada contexto.

O estudo traz a sistematização de um conjunto de estratégias práticas, com base na realidade dos gestores de quatro escolas estaduais do Vale do Mamanguape. Essas estratégias incluem: (i) inclusão explícita da Educação Ambiental no PPP; (ii) criação de projetos interdisciplinares contínuos; (iii) formação de redes de colaboração com universidades, órgãos ambientais e comunidade; e (iv) aplicação de táticas específicas para engajamento dos estudantes. Além disso, dá ênfase de que o fortalecimento da integração da educação ambiental é fortemente através de parcerias externas.

Dessa forma, como confirma Loureiro (2012) a efetividade das ações depende especialmente da capacidade de transformar políticas públicas em práticas concretas e contextualizadas, superando os métodos burocráticos. Da mesma forma, Jacobi (2003) ressalta que a Educação Ambiental exige um diálogo constante entre o governo e as escolas, com o intuito de que as políticas não se restrinjam a um mero documento, mas que possam se materializar em experiências significativas entre professores e estudantes.

A pesquisa preenche as lacunas ao explicar como a gestão organiza os participantes, como também cronogramas e os recursos para transformar a Educação Ambiental em uma prática escolar regular. Contribuindo para o avanço da literatura ao combinar o nível normativo das diretrizes legais com evidências empíricas de práticas escolares contextualizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como seu objetivo geral discutir as estratégias desenvolvidas pela gestão de quatro escolas estaduais da cidade de Mamanguape, sobre a implementação da Educação ambiental. De modo específico, descreveu a trajetória das escolas; descreveu os desafios enfrentados pela gestão da escola para implementar a educação ambiental; e sistematizar estratégias de gestão possíveis para a implementação da educação ambiental nas escolas estaduais.

Em relação ao primeiro objetivo verificou-se que as escolas tem buscado aprimorar a inserção de temas ambientais na prática pedagógica, principalmente ligados a projetos pontuais, que muitas das vezes estão relacionadas com parcerias externas. No entanto, a ausência de políticas públicas institucionalizada e de formação de professores de modo contínuo tem limitado a consolidação dessas ações.

No que diz respeito ao segundo objetivo específico constatou-se como principais obstáculos identificados a escassez de recursos materiais e financeiros, assim como sobrecarga burocrática dos gestores, além da falta de apoio e modo contínuo das políticas públicas e sua carência relacionada à capacitação docente para ampliação de trabalhos sobre a Educação Ambiental.

Já em relação ao terceiro, esta pesquisa foi capaz de revelar que é extremamente importante a inserção da Educação Ambiental em seu Projeto Político-Pedagógico, como também é essencial o incentivo de parcerias com instituições externas, além de proporcionar formações continuadas para os professores e da adoção de metodologias participativas, como a educação de projetos pedagógicos são capazes de proporcionar o envolvimento de alunos e comunidade escolar. Dessa forma, as estratégias sistematizadas neste estudo podem ser aplicadas por outros gestores escolares em contextos semelhantes, servindo como guia prático para o fortalecimento da Educação Ambiental por meio da integração curricular, da articulação comunitária e do estímulo à participação ativa de toda a escola.

Portanto, os resultados demonstram que, apesar das escolas enfrentarem limitações tanto estruturais quanto pedagógicas, existem sim, possíveis caminhos para fortalecer a Educação Ambiental, concretizando-se quando a gestão escolar assume um papel ativo e de liderança para e articulação de projetos voltados à educação ambiental como qualquer outra temática que venha proporcionar um crescimento de conhecimentos e aprendizagens na escola. Além disso, este estudo traz contribuições práticas, ao apontar que os gestores podem replicar ações como a criação de comissões internas para acompanhamento de projetos ambientais, incentivo ao protagonismo juvenil e fortalecimento das redes de apoio interinstitucionais.

Este estudo oferece um olhar crítico sobre a realidade da rede pública estadual, apontando a necessidade de integrar a Educação Ambiental de forma transversal ao currículo, além de propor alternativas de estratégias que a gestão pode adotar, ou mesmo servir de inspiração para outras escolas encontradas em um contexto semelhante às que foram entrevistadas no município de Mamanguape. Do ponto de vista das políticas públicas estaduais, recomenda-se a criação de uma coordenação regional específica de Educação Ambiental, o

fortalecimento do apoio financeiro às escolas para execução de projetos e a promoção de formações contínuas voltadas à prática pedagógica sustentável.

Entretanto, a pesquisa apresenta limitações, por se tratar de um estudo de caso em quatro escolas situadas em Mamanguape. Dessa forma, os resultados não podem ser generalizados para todas as escolas estaduais. Além disso, esta análise teve como base as entrevistas e observações que embora sejam reveladoras e inovadoras, refletem a percepção individual e subjetiva dos sujeitos envolvidos em aspectos coletivos. Diante dessas limitações, sugere-se que futuras pesquisas ampliem um número maior de escolas investigadas, comparem diferentes contextos e realidades regionais e explorem a percepção de outros atores que participam ou passam seus conhecimentos sobre a temática, como professores, estudantes e familiares. Além disso, seria interessante que os próximos estudos acompanhassem ao longo do tempo os efeitos das estratégias de gestão na consolidação da Educação Ambiental, assim poderão oferecer informações mais sólidas para fortalecer as políticas públicas nessa área.

Por fim, cabe destacar que, enquanto pesquisadora, a experiência de vivenciar de perto a realidade escolar e dialogar com os gestores possibilitou não apenas a construção deste estudo, mas também um aprendizado pessoal e profissional significativo, reforçando a importância da pesquisa qualitativa como meio de aproximação entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ostélia Regina dos Santos.; SILVA, José Bittencourt da. Gestão escolar e prática pedagógica em educação ambiental com base na pedagogia de projetos: uma revisão da literatura. OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA, [S. l.], v. 22, n. 4, p. e4167, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n4-092. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/4167>. Acesso em: 05 maio. 2025.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. (1983). Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. Cadernos de Pesquisa, (45): 66-71.
- ARREIS, Thamara Cristina da Silva; VIDEIRA, Antonio Augusto Gonçalves. Educação Ambiental no Brasil: contribuições e desafios. *Estudos e Pesquisas em Educação*, v. 4, n. 2, p. 97–113, 2019. DOI: 10.14295/online.v13i46.1874. Disponível em: <https://online.emnuvens.com.br/id/article/view/1874/2901>. acesso em: 23 de Abril de 2025.
- BARBOSA, Francisco Luan. Desenvolvimento de materiais didáticos para educação ambiental. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Pau dos Ferros, 2023. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kytéria Sabina Lopes de Figueiredo. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/7940fca3-3e0a-4e66-91df-9bf484386592/content>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 de Abril de 2025.

BRASIL ESCOLA. A organização e a estrutura dos sistemas de ensino no Brasil. Disponível em: <https://educador.brasile escola.uol.com.br/gestao-educacional/a-organizacao-estrutura-dos-sistemas-ensino-no-brasil.htm>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 de Abril de 2025.

BRITO, Klebsson Suevertom Barbosa. *Educação ambiental na percepção de professores da rede pública de ensino de Soledade-PB: estratégias metodológicas e desafios no processo de sensibilização*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas Licenciatura) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2023. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/29437>. Acesso em: 12 de maio, 2025.

COLACIOS, Roger Domenech; LOCASTRE, Aline Vanessa. A ausência e o vácuo: Educação Ambiental e a Nova Lei do Ensino Médio brasileiro no século XXI. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 25, e204589, 2020. Doi: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v25e2020a4589>. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/4589/3026>. Acesso em: 25 de fev. 2025.

DA ROSA, Daiani Clesnei; KONRAD, Odorico; REHFELDT, Márcia Jussara Hepp. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DA GESTÃO ESCOLAR NO VALE DO TAQUARI/RS/BRASIL. *Revista Estudo & Debate, [S. l.]*, v. 23, n. 2, 2016. DOI: 10.22410/issn.1983-036X.v23i2a2016.1079. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1079>. Acesso em: 21 de abril de 2025.

DA ROSA, Daiani Clesnei; KONRAD, Odorico; REHFELDT, Márcia Jussara Hepp. A Educação Ambiental e a gestão escolar na percepção de diretores de escolas estaduais da 3ªCRE/RS. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 12, n. 2, p. 331-354, 2017. Acesso em: 21 de abril de 2025.

DA SILVA, Jéssica Novaes; ALVES, Thaynara Souza.; ALVES, T. S.; SOARES, Guilherme José Vasconcelos. A gestão escolar e a Educação Ambiental para a sustentabilidade: O caso de quatro escolas em Surubim, Pernambuco. *Gestión escolar y educación ambiental para la sostenibilidad: El caso de cuatro escuelas en Surubim, Pernambuco*. 2020. disponível em: <https://cointer.institutoidv.org/smart/2020/pdvg/uploads/503.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

DE ALMEIDA, Gabriela Vieira. Gestão escolar: democrática e participativa na prática. *Eventos Pedagógicos*, v. 13, n. 3, p. 481-491, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/download/10551/7307>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Acesso em 01 de Julho. 2025.

GRUBBA, Leilane Serratine; PELLENZ, Mayara. Educação ambiental no Brasil e reflexões sobre a Lei n. 9.795/1999. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 25, n. 2, e2523818, abr./jun. 2024. DOI:<http://dx.doi.org/10.20435/inter.v25i2.3818>. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/inter/a/MFsnMykrpGggrMVLV8RCzs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 de fev. 2025

MATOS, Tharcia Priscilla de Paiva Batista; BATISTA, Leidiane Priscilla de Paiva; PAULA, Edson Oliveira de. Notas sobre a história da educação ambiental no Brasil. *[S.l.]*: s.n., 2019. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/cenpec>. Acesso em: 21 abr. 2025.

OLIVEIRA, João Pedro de; CARVALHO, Carolina de Souza. Gestão escolar e desempenho dos alunos nas escolas públicas brasileiras: uma análise com base na Prova Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 34, n. 1, p. 47–65, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/jshd86G9PYQYGJLpJZqpJdC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 de abril de 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PARAÍBA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Edital nº 022/2025 – Prêmio Professor Nota 1000*. João Pessoa: SEE-PB, 2025. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/todos-editais/edital-no-022_2025_see_pb-professor-nota-1000.pdf/view. Acesso em: 30 set. 2025.

PARENTE, Juliano Mota. Gestão escolar no contexto gerencialista: o papel do diretor escolar. *Roteiro*, *[S. l.]*, v. 42, n. 2, p. 259–280, 2017. DOI: 10.18593/r.v42i2.12535. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/12535>. Acesso em: 25 abr. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RUFINO, Bianca; CRISPIM, Cristina. Breve resgate histórico da educação ambiental no Brasil e no mundo. In: VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Porto Alegre, 23–26 nov. 2015. Anais [...]. IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2015. Disponível em: <http://www.ibeas.org.br>. Acesso em: 21 abr. 2025

SANTANA, C. G.; ARAÚJO, M. I. O. A Educação Ambiental no Ensino Médio da Escola Estadual José Amaral Lemos no Município de Pirambu-SE. *Scientia Plena*, v. 7, n. 2, p. 022701-1 a 022701-8, 2011. Disponível em: <www.scientiaplenu.org.br>. Acesso em: 18 de fev. 2025.

SILVA, Claudia Belo da; RODRIGUES, Giseli Capaci; DÓREA, Márcia de Melo. Educação ambiental: um campo multifacetado. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 16, n. 2, p. 169–187, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.34024/revbea.2021.v16.1307>. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/ambiente/article/view/1307>. Acesso em: 12 maio 2025.

SOUSA, José Janielson da Silva. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: gestão e desdobramentos do programa “vamos cuidar do brasil” em escolas públicas municipais de Santa Cruz dos Milagres-PI. 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/handle/123456789/2899>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Ana Elisa Ribeiro; BUSSOLOTI, Juliana Marcondes. GESTÃO ESCOLAR: um estudo de caso sobre Escolas Técnicas. *Interação - Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão*, *[S. l.]*, v. 20, n. 1, p. 45–70, 2019. DOI: 10.33836/interacao.v20i1.167. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/interacao/article/view/167>. Acesso em: 25 abr. 2025

YIN, R. K. Estudo de caso: Planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. ISBN 978-85-8260-232-4. Acesso em: 16 de setemb. 2025.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

PERFIL DO ENTREVISTADO:

1. Quando ingressou na escola?
2. Qual o cargo que ocupa na escola?
3. Há quanto tempo atua na gestão escolar?

TRAJETÓRIA DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

4. Como a escola aborda a temática da Educação Ambiental no seu projeto político-pedagógico (PPP)?
5. Quais atividades ou projetos voltados à Educação Ambiental já foram realizados ou estão em andamento na escola?
6. A Educação Ambiental é integrada às disciplinas curriculares? Se sim, de que forma?
7. Como os professores são envolvidos ou capacitados para trabalhar temas ambientais?
8. Existe parceria com instituições externas (ONGs, secretarias, universidades) para ações ambientais? Se sim, fale sobre elas

DESAFIOS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

9. Quais são os principais desafios que a gestão enfrenta para implementar ações de Educação Ambiental na escola?
10. Existe resistência por parte da equipe docente em relação a essas ações? Se sim, de que tipo?
11. Existe resistência por parte dos discentes em relação a essas ações? Se sim, de que tipo?
12. Qual a situação dos recursos (materiais, financeiros, humanos) para desenvolver projetos de Educação Ambiental?

13. De que forma as políticas públicas estaduais contribuem ou dificultam essa implementação?

ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

14. Que tipo de apoio para os docentes você considera importante para ampliar o trabalho com a Educação Ambiental?

15. Que estratégias de gestão poderiam ser adotadas para integrar a Educação Ambiental de forma mais eficaz no cotidiano escolar?

16. Como a escola poderia envolver mais a comunidade interna nas ações ambientais?

17. Você acredita que a criação de uma equipe ou comissão interna voltada à temática ambiental poderia ajudar? Por quê?

18. Quais mudanças estruturais seriam necessárias para consolidar a Educação Ambiental na escola?

19. Quais mudanças pedagógicas seriam necessárias para consolidar a Educação Ambiental na escola?

20. Gostaria de acrescentar alguma experiência ou sugestão relacionada à implementação da Educação Ambiental nas escolas estaduais?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REDE PÚBLICA ESTADUAL: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DA GESTÃO

Os pesquisadores Andreza da Silva Ferreira (aluna de Administração) e Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin (Prof.^a orientadora) convidam você a participar da pesquisa intitulada “Educação Ambiental na rede pública estadual: um estudo de caso a partir da percepção da gestão”, cujo objetivo geral consiste em discutir as estratégias desenvolvidas pela gestão da escola estadual para implementar a educação ambiental. Quanto aos objetivos específicos, este estudo busca: descrever a atuação da escola; descrever os desafios enfrentados pela gestão da escola para implementar a educação ambiental; e sistematizar estratégias de gestão possíveis para a implementação da educação ambiental nas escolas estaduais.

Para tanto você precisará assinar o TCLE, que assegura a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões e que a estruturação, o conteúdo e a forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária:

- Ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você;
- Você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa;
- Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

A coleta de dados irá ocorrer por meio de entrevistas semiestruturadas.

- Será escolhido um local privado livre da presença de pessoas alheias ao estudo, podendo ser no formato presencial ou remoto, de acordo com sua conveniência;
- Solicitamos a gravação da entrevista para que ela possa ser transcrita e, em seguida, analisada.

Lembre-se que:

- Não há respostas certas ou erradas;
- As respostas serão confidenciais;
- Em nenhum momento o seu nome será divulgado;
- Sua participação é voluntária, ou seja, você pode recusar-se a responder ou desistir de participar a qualquer momento.

Quanto aos benefícios ao(à) Participante da Pesquisa, os resultados da pesquisa podem contribuir para a melhoria da prática profissional e para o fortalecimento de estratégias de gestão voltadas à implementação da Educação Ambiental no contexto das escolas estaduais.

Em caso de dúvida:

Andreza da Silva Ferreira (Responsável principal pela pesquisa)

Discente do Curso de Bacharelado em Administração

E-mail: andreza.silva3@academico.ufpb.br

Tel.: (83) 99142-1703

Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin (Orientadora e membro da equipe)

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – DCSA/CCAUE/UFPB

E-mail: angeluce@ccae.ufpb.br

Consentimento.

Li todas as informações e tirei todas as dúvidas a respeito do estudo. Sei, também, que a minha participação é voluntária e que eu posso desistir mesmo depois de ter começado, sem que isto me traga qualquer prejuízo pessoal.

Por tudo isso:

1. Concordo em participar: () Sim () Não
2. Concordo com a gravação da entrevista: () Sim () Não

Local _____, ____ / ____ / ____

Assinatura da Participante: _____

Assinatura do/a entrevistador/a: _____